

MARCO MACIEL

*Presença
de
Pernambuco*

1995

MARCO MACIEL

PRESENÇA DE PERNAMBUCO

Discurso proferido na Assembléia Legislativa
de Pernambuco, em agradecimento à outorga
da medalha Joaquim Nabuco

Recife, 26 de maio de 1995

Sou consciente do compromisso moral que representa para todo homem público de nosso País o exercício da política que não pode ser um fim, mas sim o instrumento de transformações que a Nação há séculos reclama, em busca de uma sociedade mais solidária, uma economia mais justa e maior justiça social.

O Brasil conseguiu concretizar, com êxito, sua transição para a democracia: há, hoje, mecanismos democráticos de decisões políticas que asseguram aquilo que os teóricos chamam de "democracia procedimental".

As modernas definições de democracia preocupam-se exatamente com a operacionalização dos mecanismos decisórios da política. Daí se dizer hoje que "a democracia é o regime político caracterizado pela contínua capacidade de resposta do governo às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais". São esses os requisitos que ainda nos faltam. Primeiro, porque raramente houve no Brasil compatibilidade entre discurso e ação política e, segundo, pela incapacidade do poder público dar resposta às preferências da população.

Marco Maciel

Recebo esta homenagem com o mais profundo sentimento de gratidão. Ostentarei a "**Medalha Joaquim Nabuco**" não como reconhecimento a méritos que não possuo, mas sim como tributo à minha dedicação a Pernambuco que é a minha pátria e é a minha primeira devoção como homem público.

Todo político é sempre um político provinciano. Por mais universal que seja a vocação de cada um, como foi a de Nabuco, é na terra em que nascemos que buscamos força, inspiração e alento.

Entendo, como escreveu Bernardo Pereira de Vasconcelos, há um século e meio, que a pátria de todo cidadão é o lugar onde nasceu. Por isso costumo afirmar: todo político é sempre um político provinciano. Por mais universal que seja a vocação de cada um, como foi a de Nabuco, é na terra em que nascemos que buscamos força, inspiração e alento. É nela que nos refugiamos na adversidade e é nela em que nos retemperamos para os embates da vida e os desafios do destino. Devo a Pernambuco e ao povo pernambucano não apenas o que sou, mas tudo quanto, ao longo de 30 anos, conquistei no exercício de sucessivos mandatos que sempre

me foram generosamente concedidos. A esta generosidade não poderia responder senão com dedicação, empenho e trabalho.

Nossa história é uma saga de renúncias, de sacrifícios e de entrega completa à nossa vocação nacional. Aqui não se forjou apenas o sentimento da nacionalidade. Aqui fincamos as raízes do nosso amor à liberdade.

Sei da excepcionalidade deste ato. Compreendo o seu significado e reconheço o que representam as circunstâncias desta concessão sem discrepâncias, o que demonstra mais uma vez o caráter peculiar que cerca o exercício da política em nosso Estado. Podemos divergir e a divergência é prova de vitalidade política e da natureza apaixonada de nossas convicções. Somos uma parcela do povo brasileiro que nada negou ao Brasil. Temos uma história que é uma saga de renúncias, de sacrifícios e de entrega completa à nossa vocação nacional. Aqui não se forjou apenas o sentimento da nacionalidade. Aqui fincamos as raízes do nosso amor à liberdade. Regamos com sangue de nossos mártires e heróis as virtudes cívicas de todo o nosso povo. Tenho orgulho de ser parte desta

herança que Pernambuco legou ao Brasil e a ela tenho procurado ser fiel, sem jamais ter buscado reconhecimento ou qualquer outra forma de compensação.

***Agradeço a Pernambuco que
de forma tão eloqüente,
quanto imerecida, não
esqueceu quem nunca o
esquece.***

Agradeço ao operoso Deputado Geraldo Barbosa, ex-presidente desta Casa e estimado amigo, a iniciativa desta distinção honrosa. Agradeço também aos que, sendo correligionários, me honraram com a sua amizade. Agradeço aos que, sendo adversários, me honraram com sua generosidade. E agradeço igualmente aos que, não sendo correligionários nem adversários, me honraram com a sua solidariedade. Agradeço a representação política do povo pernambucano e agradeço a Pernambuco que de forma tão eloqüente, quanto imerecida, não esqueceu quem nunca o esquece.

Esta Assembléia é, sempre foi e continuará sendo a minha Casa. Aqui comecei a minha vida de representante do povo que me levou a dois mandatos na Câmara dos Deputados e no

Senado, à Presidência da Câmara Federal, função que um pernambucano não ocupava desde 1927, ao Governo de Pernambuco, aos Ministérios da Educação e da Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, à Liderança e à Presidência do meu Partido e, hoje, à Vice-Presidência da República. Aqui aprendi o exemplo da tolerância e o do respeito à divergência. Aqui entendi o significado da política exercida como um compromisso ético com nossas próprias convicções. Aqui valorizei a virtude da paciência e a importância da renúncia. Aqui constatei que a política só pode ser exercida

Aqui entendi o significado da política exercida como um compromisso ético com nossas próprias convicções. Aqui valorizei a virtude da paciência e a importância da renúncia. Aqui constatei que a política só pode ser exercida com realismo, sem que isso implique deixar de ser idealista.

com realismo, sem que isso implique deixar de ser idealista. Foram experiências que me ajudaram, me orientaram e me amadureceram na medida em que vividas no verdor de minha

juventude. Tenho a certeza de que sem esse aprendizado, cheio de exemplos de dignidade, de equilíbrio, de paixão e muitas vezes de serenidade, não teria persistido num caminho que livremente escolhi, porque estes exemplos são, para mim, fonte de permanente e constante inspiração.

***Não devemos ser, nem
podemos ser e não queremos
ser o país da injustiça e da
exclusão, o país da fartura em
que ainda sobrevive a miséria.
A sociedade próspera
individualmente e pobre
coletivamente.***

Ninguém que passe por esta Casa sai dela imune ao peso da responsabilidade em que implica o compromisso de vida pública do nome, da expressão e da dimensão de seu Patrono, o mais pernambucano dos brasileiros e o mais brasileiro dos americanos. Desde o início da minha trajetória política compreendi o significado deste compromisso e procurei dar-lhe o significado que lhe empresta Joaquim Nabuco quando, em sua autobiografia, assinala, no exemplo de fidelidade às suas origens, a força atávica de suas raízes: "... sinto cada vez mais forte o arrocho do berço: cada vez mais sou servo da gleba brasileira, por essa lei singular do coração que prende o homem

à Pátria com tanto mais força quanto mais infeliz ela é e quanto maiores são os riscos e incertezas que ele mesmo corre".

***A política não pode ser o meio
da conservação, mas sim o
instrumento da transformação.***

Sou consciente do compromisso moral que representa para todo homem público do nosso País o exercício da política que não pode ser um fim, mas sim o instrumento de transformações que a Nação há séculos reclama, em busca de uma sociedade mais solidária, uma economia mais justa e maior justiça social. Nós temos essa obrigação, esse dever e esse destino. Podemos divergir quanto aos caminhos para alcançá-las, mas temos de concordar na necessidade de buscá-las. A irredenção e o inconformismo pernambucanos trazem a marca dessa obstinação. O abolicionismo deste fim de século é, como no apostolado de Nabuco, cem anos atrás, a luta pela cidadania de todo o povo brasileiro e não apenas para parte dele. Cidadania que representa não apenas o conjunto de direitos para uns e deveres para outros, mas sobretudo direitos e deveres para todos. Não devemos ser, nem podemos ser e não queremos ser o país da injustiça e da exclusão, o país da fartura em que ainda sobrevive a miséria. A

sociedade próspera individualmente e pobre coletivamente.

A busca desses objetivos exige dos homens públicos brasileiros mais do que simples condenação. Como no exemplo que nos inspira, exige ação permanente e proselitismo consciente de cada um de nós. Seja qual for o posto que ocupemos, seja qual for a doutrina que professemos, devemos ter um compromisso com a igualdade, um dever para com a solidariedade e uma obrigação para com a prosperidade de todos. O Estado brasileiro tem, necessariamente, de transformar-se numa estrutura democrática capaz de proteger os fracos, dar condições de sobrevivência com dignidade a todos e corrigir as aberrações e as injustiças, coibir os abusos e punir os excessos. O exercício da cidadania não pode se cingir ao ritual de eleições periódicas. Democracia é muito mais do que isto: é o respeito à dignidade e à sobrevivência de todos. É, ao mesmo tempo, a garantia de que mecanismos de correção social assegurem a possibilidade de que todos tenham as mesmas condições de acesso à educação, à saúde, ao trabalho e à previdência social adequada, na velhice, na doença e no infortúnio. Tudo isso mostra a necessidade de transformar permanentemente as instituições, de corrigi-las, de ajustá-las às demandas da sociedade.

Não entendo e não pratico a política como um mero exercício ou simples desfrute do poder, que é a forma mais mesquinha de exercê-la.

A política não pode ser o meio da conservação, mas sim o instrumento da transformação. Depende de cada um de nós dar a ela esse sentido fecundo e criativo de que carece cumprir a sua vocação de promover a justiça, fomentar o bem-estar coletivo e sustentar o desenvolvimento. Assim a entendo e é dessa forma que tenho procurado exercê-la.

Por tudo isso considero que a outorga da **Medalha Joaquim Nabuco**, a mais alta distinção desta Assembléia, representa a sanção política do meu Estado a esse conjunto de idéias e posturas com que tenho procurado ser fiel à extraordinária tradição política de Pernambuco que nos inspira a todos. Sou um dos vossos, na constância de posições que suponho representarem o eco da atuação vigorosa que Pernambuco sempre teve na política nacional. Sou apenas o instrumento de aspirações que penso representarem a posição majoritária e sempre generosa do povo pernambucano. Tenho orgulho de nossas origens comuns, porque tenho consciência de que a prática política de nosso País seria infinitamente mais

pobre se Pernambuco não fizesse parte de sua crônica gloriosa. A grandeza de nossa entrega ao Brasil e ao interesse nacional é o traço mais marcante da atuação dos que nos precederam e seguramente continuará a ser dos que nos vão suceder. É por esta razão que em todos os grandes e difíceis momentos de nossa história soubemos colocar o interesse de nossa província acima das divergências partidárias, das discrepâncias doutrinárias e das circunstâncias ocasionais, por mais fortes que sejam.

***Aprecio a firmeza das
convicções, mesmo quando
não são as minhas convicções.
E como acredito no poder das
idéias, sempre defendi o
princípio de que as convicções
não são empecilho para o
entendimento e a transigência.***

Não entendo e não pratico a política como um mero exercício ou simples desfrute do poder, que é a forma mais mesquinha de exercê-la. Entendo-a e a pratico como a possibilidade de transformar o poder para fazer dele um instrumento de justiça, de igualdade e de bem-estar coletivo. E quem a concebe dessa forma há de fazer de seu exercício o apostolado permanente e constante de seu aprimoramento, através do uso de meios

legítimos, para assegurar a legitimidade dos fins que perseguimos. Aprecio a firmeza das convicções, mesmo quando não são as minhas convicções. E como acredito no poder das idéias, sempre defendi o princípio de que as convicções não são empecilho para o entendimento e a transigência. Na ausência destas condições a prática da política se transforma no exercício estéril do confronto, da denúncia e do impasse.

Devemos buscar sempre, entre o que nos separa, aquilo que pode nos unir, porque, se queremos viver juntos na divergência, que é princípio vital da democracia, estamos condenados a nos entender.

Se ao cabo de todos esses anos tivesse que tirar de minha própria vida como homem público alguma conclusão que pudesse ser útil aos que nela se iniciam daria apenas um conselho: devemos buscar sempre, entre o que nos separa, aquilo que pode nos unir, porque, se queremos viver juntos na divergência, que é princípio vital da democracia, estamos condenados a nos entender.

Sr. presidente, Srs Deputados,

Os momentos solenes também se prestam para a reflexão. O Brasil conseguiu superar o mais difícil de todos os desafios: vencer a espiral inflacionária e os riscos da hiperinflação. Ao contrário do que ocorreu em tantos outros países que foram compelidos a adotar programas traumáticos de ajustes econômicos, com terríveis conseqüências sociais, entre nós o Plano Real significou a retomada do desenvolvimento, a expansão do nível de emprego, a recuperação que se fez progressivamente do poder aquisitivo do salário-mínimo, a inserção econômica de uma significativa parcela da população e uma expressiva redistribuição de renda, que nos nove primeiros meses de vigência do novo plano econômico transferiu para os salarizados uma renda estimada de 12 a 15 bilhões de dólares.

***Para dar sustentação às
medidas em vigor é
indispensável redesenhar,
reconstruir o Estado, concebê-
lo para enfrentar os desafios
da competição internacional e
para permitir a mudança
estrutural, que todos sempre
reclamamos, do modelo
econômico.***

Todos reconhecemos, porém, que a estabilidade da economia é apenas um requisito, uma condição para a retomada do desenvolvimento. Para dar sustentação às medidas em vigor é indispensável redesenhar, reconstruir o Estado, concebê-lo para enfrentar os desafios da competição internacional e para permitir a mudança estrutural, que todos sempre reclamamos, do modelo econômico. O conjunto de reformas constitucionais em curso não é um projeto do governo, mas um programa de toda a sociedade, cujo objetivo é promover aquilo que ousamos chamar de "conservação social": isto é, o resgate da cidadania duramente atingida nos anos de crise com os nossos níveis de exclusão social.

O que se deve tentar agora é passar para a prática da democracia que batizaria de "democracia decisional". Ou seja: devemos evoluir da forma democrática de escolha dos mandatários e da extensão das garantias jurídicas a todos os cidadãos para a substância democrática das decisões políticas.

Esta é uma tarefa que interessa fundamentalmente ao sistema político brasileiro, na medida em que a reversão da tendência histórica dos últimos anos é essencial para a legitimidade das instituições políticas nacionais. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, resgatando compromissos de campanha, busca realizar esses objetivos. O Congresso Nacional, que voltou a ser o grande fórum de debates de decisões vitais para a sociedade, também cumpre o seu papel no ensejo em que discute, modifica e aprova as medidas que, no entendimento da maioria, atende aos vitais interesses do progresso social. Esta é a melhor prova de vitalidade do sistema político brasileiro. Tudo isso está respaldado por um intenso e constante debate entre o governo, partidos e a sociedade. Tenho a certeza de que, por essa via, chegaremos às grandes mudanças reclamadas por todos, pois saímos do imobilismo para uma nova e frutífera etapa de transformações.

O Brasil não se modernizará apenas com reformas econômicas, nem progredirá somente com mudanças sociais. O processo de transformação do País passa, sobretudo, pelas reformas políticas.

O Brasil conseguiu concretizar, com êxito, sua transição para a democracia: há, hoje, mecanismos democráticos de decisões políticas que asseguram aquilo que os teóricos chamam de "democracia procedimental".

O que se deve tentar agora é passar para a prática da democracia que batizaria de "democracia decisional". Ou seja: devemos evoluir da forma democrática de escolha dos mandatários e da extensão das garantias jurídicas a todos os cidadãos para a substância democrática das decisões políticas. Cabe a nós, portanto, assegurar o trânsito da "democracia formal" para a "democracia real".

O sistema proporcional em vigor desde o Código Eleitoral de 1932 tornou-se obviamente obsoleto, depois de mais de 60 anos, a tal ponto que, na forma como é praticado entre nós, existe em apenas dois países em todo o mundo, um dos quais o Brasil.

As modernas definições de democracia preocupam-se exatamente com a operacionalização dos mecanismos decisórios da política. Daí se dizer hoje que "a democracia é o regime político

caracterizado pela contínua capacidade de resposta do governo às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais". São esses os requisitos que ainda nos faltam. Primeiro, porque raramente houve no Brasil compatibilidade entre discurso e ação política e, segundo, pela incapacidade do poder público dar resposta às preferências da população.

A modernização do nosso País, portanto, não estará completa se, paralelamente às mudanças econômicas, não operarmos também a atualização do modelo político brasileiro.

Enfim, o Brasil não se modernizará apenas com reformas econômicas, nem progredirá somente com mudanças sociais. O processo de transformação do País passa, sobretudo, pelas reformas políticas, para que possamos estabelecer sincronia entre os desejos da opinião pública e a ação efetiva do sistema político.

Quando nos referimos ao aprimoramento do sistema político, estamos expressando o desejo de que se procedam às reformas indispensáveis no nosso sistema de governo e nos subsistemas eleitoral e partidário. O sistema proporcional em vigor desde o Código Eleitoral de 1932 tornou-se obviamente obsoleto, depois de mais de 60 anos, a tal ponto que, na forma como é praticado entre nós, existe em apenas dois países em todo o mundo, um dos quais o Brasil.

Ele não tem sido responsável somente pelo enfraquecimento partidário, mas contribui, sobretudo, para o que já se chamou de "canibalização" da política brasileira, na medida em que o confronto se dá entre aliados e não entre adversários. Como as regras do sistema eleitoral são a variável condicionante do sistema partidário, e do próprio sistema político em seu conjunto, é de se supor que, dado o primeiro passo, estaremos fatalmente contribuindo para a modernização e a consolidação de ambas.

***A passagem efetiva da
democracia representativa
para a democracia
participativa requer, através de
instrumentos de participação
política, como o referendium, o
plebiscito e a consulta popular,
o engajamento da sociedade
nas grandes questões
nacionais.***

A observação empírica em todas as grandes democracias do mundo contemporâneo tem demonstrado que o voto proporcional favorece a diversidade, mas prejudica a governabilidade. O voto majoritário favorece a governabilidade, mas prejudica a diversidade. A adoção de variáveis compensadoras, no entanto, já não nos obriga a uma opção maniqueísta. Podemos,

levando em conta as peculiaridades brasileiras, combinar métodos que não se excluem e que, paralelamente, equilibram as opções existentes.

Somos instados a pensar que esse conjunto de mudanças é um requisito para a alteração qualitativa do regime democrático; a passagem efetiva da democracia representativa para a democracia participativa requer, através de instrumentos de participação política, como o referendun, o plebiscito e a consulta popular, o engajamento da sociedade nas grandes questões nacionais. Sabemos que há problemas pendentes que são polêmicos sob todos os aspectos. Mas sabemos também que o debate, a discussão, e a análise das alternativas cabíveis podem amenizar as disposições em confronto e permitir que, sem impedir a modernização, contribuam para aprimorar o regime democrático e o sistema político.

A autenticidade da representação política, por sua vez, não estará completa se não pensarmos nos mecanismos necessários para a erradicação das fraudes, a lisura do pleito e a busca da verdade eleitoral.

As experiências que vêm sendo aplicadas pelo Superior Tribunal Eleitoral, cujos esforços merecem não só os nossos aplausos mas igualmente o nosso apoio, podem contribuir decisivamente para esse objetivo. A cautelosa e progressiva informatização do processo eleitoral não apenas impede a fraude, mas tem, ao mesmo tempo, outras grandes virtudes. Uma delas é agilizar a apuração, tornando-a quase

instantânea. A outra é propiciar o barateamento de todo o processo. Ainda que o investimento inicial seja alto, os custos são decrescentes à medida que se sucedem os pleitos.

Política é a arte de tornar realizáveis os sonhos e as aspirações, ou seja, a possibilidade de materializar o que é aparentemente impossível.

Sr. presidente, Srs. Deputados,

No momento fecundo que vive o País, é preciso olharmos todos um pouco acima do horizonte das preferências pessoais, das opções partidárias e das divergências ideológicas. Se formos capazes de renunciar ao imobilismo e à intransigência, seremos também capazes de ampliar os horizontes brasileiros. Sempre se disse que a política é a arte do possível e não do desejável. Prefiro, como recentemente o Presidente da França, Jacques Chirac, em sua campanha eleitoral, adotar a tese de que a política é a arte de tornar realizáveis os sonhos e as aspirações, ou seja, a possibilidade de materializar o que é aparentemente impossível.

**Quando há, como ocorre
agora, uma sintonia entre os
desejos da sociedade e a ação
política do governo, as
mudanças reclamadas pelo
País são materializadas.**

Tudo isso nos faz pensar que é obrigação coletiva de todos nós contribuirmos, na medida de nossas possibilidades e na proporção de nossas responsabilidades, para que o Brasil possa entrar no século que se aproxima com os instrumentos que lhe permitam sobreviver e prosperar no ambiente de extrema competição entre povos e países que será, segundo todas as previsões, o grande desafio do século XXI.

É por isso que vamos nos modernizar. Porque, sempre e quando há, como ocorre agora, uma sintonia entre os desejos da sociedade e a ação política do governo, as mudanças reclamadas pelo País são materializadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Renovo mais uma vez os meus agradecimentos pela gentileza das homenagens prestadas. Já houve quem dissesse que a gratidão é a memória do coração. Ao endossar estas palavras como expressão de meu sentimento quero dizer a Vossas Excelências que jamais esquecerei deste gesto generosamente pernambucano.

